

"JURA DIZER A VERDADE? ...": TRAIÇÕES E FIDELIDADES DOS PROCESSOS MNÉSICOS

Pedro B. Albuquerque & Jorge A. Santos

Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal

Resumo — *Este artigo pretende apresentar algumas considerações dos autores acerca da relação possível entre os estudos de memória e a verdade ou a eficácia de relatos de episódios vividos. Assim, num primeiro momento equacionam-se as principais distorções da memória, isto é, as razões que parecem justificar que possamos alterar não intencionalmente o relato de algo que vivenciamos. Finalmente, apresentam-se os princípios que estão na base da construção da entrevista cognitiva de Fisher e Geiselman (1988), uma das aplicações mais interessantes dos estudos de memória humana a contextos da justiça.*

PALAVRAS CHAVE: Memória; Testemunho Ocular; Distorções da Memória; Entrevista Cognitiva

KEY WORDS: Memory; Eyewitness Testimony; Memory Illusions; Cognitive Interview

INTRODUÇÃO

A memória é como uma pele que se nos agarra, molda e protege. Esta afirmação com que iniciamos este artigo pretende tão só sublinhar três ideias: a de que há memórias de que nos livramos muito dificilmente e outras que, por estarem tão agarradas, impedem que novas recordações se nos colem; a de que nós também somos o que as nossas memórias o permitem; e, finalmente a ideia de que, por força de não nos recordarmos de tudo o que nos aconteceu, a memória assume por vezes uma função de protecção. Estas três ideias são os princípios orientadores deste artigo e da temática que lhe estará subjacente, a fiabilidade do testemunho ou da memória que lhe serve de suporte.

Salientamos que mais do que um artigo sobre a mentira, se trata de um artigo sobre a fiabilidade da memória. Sublinha-mo-lo para que desde já se faça a distinção entre uma memória com falhas e uma boa memória que é também característica de quem mente. Com efeito para mentirmos somos obrigados a um esforço de memória notável: temos que recordar correctamente o que ocorreu — da verdade —, construirmos uma história alternativa e

Toda a correspondência relativa a este artigo deverá ser enviada para: Pedro Albuquerque, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Campus de Gualtar, 4710-057 Braga, Portugal. Telef.: (253)604241; Fax: (253)678987; E-mail: pbalb@iep.uminho.pt.

credível — a mentira —, e lembrarmo-nos de ambas para que não sejamos sujeitos a contradições. Mentir é por isso um acto mnésico notável que é normalmente acompanhado por um conjunto de sinais, verbais ou não, que tem sido objecto de estudo (e.g., Loftus, 1992; Memon, Vrij, & Bull, 1998; Stiff & Miller, 1986; Vrij, Semin, & Bull, 1996).

O analisador deste artigo será a alteração dos traços mnésicos de um qualquer episódio de que se tenha sido testemunha, não por intenção do sujeitos, mas por acção dos processos de recordação que normalmente estão associados ao testemunho. Vamos por isso orientar este artigo em torno de dois tópicos: as distorções de memória e as fontes que mais influenciam essa distorção; e a aplicação dos conhecimentos de psicologia da memória ao domínio do testemunho ocular.

DISTORÇÕES DA MEMÓRIA: PORQUE NOS ENGANAMOS SEM SABERMOS?

Estamos em crer que o drama pessoal envolvido num falso reconhecimento é um dos mais importantes motivos para a continuação e aprofundamento da investigação das variáveis que podem afectar o testemunho ocular. Quando se aborda o tema do testemunho as questões relacionadas com as distorções da memória são incontornáveis, e um dos exemplos que é tido como paradigmático de uma situação deste tipo é o caso do padre Pagano. Este padre católico foi acusado de vários roubos à mão armada em Delaware, nos Estados Unidos da América, em Agosto de 1979. Pagano, um homem de 53 anos, alto, calvo foi identificado positivamente por sete testemunhas diferentes como o "Ladrão Gentil", alcunha pela qual ficou conhecido o assaltante de Delaware devido à forma educada como efectuava os assaltos e tratava as suas vítimas. Mesmo durante o julgamento as testemunhas continuaram a identificar o padre Pagano como autor de vários roubos. Contudo, a dada altura do julgamento e em plena sala de audiências um homem de estatura mediana, 40 anos, chamado Ronald Clouser, levantou-se e confessou ter sido ele o autor de todos os roubos de que o padre Pagano era acusado. A polícia interrogou Clouser sobre os roubos e este estava na posse de pormenores que nunca tinham sido tornados públicos, incluindo uma peça de roupa e uns óculos de vítimas de dois assaltos. As acusações que tinham sido feitas ao padre Pagano foram retiradas. Este caso, tal como outros, levam-nos a várias questões: Como podem duas pessoas tão diferentes do ponto de vista físico ser confundidas por tantas testemunhas? Como é que várias testemunhas cometem o mesmo tipo de erro de identificação? Como podemos acreditar na memória das pessoas se ela pode ser tão distorcida? Que factores contribuem para esta distorção?

De todas estas questões vamos deter-nos sobre a última por nos parecer a mais importante para os objectivos deste artigo. Refira-se que as distorções da memória são tema de reflexão desde que em 1932, Sir Frederick Bartlett escreveu um livro clássico sobre a memória. Neste livro é apresentado um estudo que pode ser classificado como um dos primeiros sobre a distorção da memória. Ao apresentar um conto índio "A guerra dos fantasmas", e ao analisar os recontos desta história, Bartlett verificou que a memória para este conto era claramente

distorcida. Este conto, por ser constituído por um conjunto de ideias que não cabem nos padrões ocidentais de leitura da realidade, foi sistematicamente distorcido à medida que a sua recordação distava no tempo da primeira vez que foi ouvido pelos participantes. Trata-se de um conto em que, por exemplo, um índio morre ao nascer do sol ao sair-lhe uma coisa preta pela boca, mas que os participantes teimaram em narrar a sua morte como acontecendo ao pôr-do-sol ao mesmo tempo em que uma coisa branca lhe saiu pela boca. O texto de Bartlett (1932) é um dos primeiros a apontar algumas das explicações para a ocorrência de distorções de memória nomeadamente, o efeito de esquema, as ilusões da memória, e a confusão de acontecimentos reais e imaginados.

O *efeito de esquema* ocorre quando nos recordamos de frases que estão implícitas num texto, mas que nunca nos foram apresentadas. Este tipo de distorção aparece na memória para conteúdos proposicionais e tem como particularidade o facto de ser acompanhado por um elevado grau de certeza na "distorção", isto é, os sujeitos acreditam piamente que leram partes de frases que de facto não lhes foram apresentadas (e. g., Bransford, Barclay, & Franks, 1972). As *ilusões de memória* são um dos tópicos actuais de maior interesse para os investigadores de memória. Neste tipo de estudos os participantes mostram um elevado grau de confiança em terem visto palavras que de facto não lhes foram apresentadas, mas que foram induzidas pelo facto de lhes terem sido apresentadas palavras altamente relacionadas. Por exemplo, se apresentarmos a um grupo de sujeitos as palavras "enfermeiro, hospital, cirurgião, ambulância e medicamento" e a seguir lhes perguntarmos se a palavra "doente" estava na lista, os participantes deste tipo de estudos acredita que sim (Roediger & McDermott, 1995). Finalmente, há *acontecimentos imaginados* que assumem propriedades de acontecimentos reais, isto é, quanto mais imaginamos termos visto uma fotografia tanto mais acreditamos que de facto a vimos. Este tipo de fenómenos tem sido estudado em contextos muito bem delimitados pelo que importa transpô-los para as situações de testemunho ocular e esta transposição nem sempre é fácil ou directa.

Importa então procurar entender e explicitar até que ponto as distorções de memória podem ser aplicadas a situações de testemunho ocular. Começemos pelos problemas de codificação da informação. A situação de testemunho é, pelo relato dos intervenientes, uma situação que gera alguma ansiedade e a relação da ansiedade com o nível de processamento da informação é ambíguo: alguns aspectos de um acontecimento são bem codificados e recordados em situações de ansiedade, enquanto que outros, por vezes vitais nunca são codificados. Um estudo de Peters (1988) mostrou muito claramente o efeito que a ansiedade (medido através da frequência cardíaca) pode ter na recordação das faces das pessoas. Durante um programa de vacinação um grupo de estudantes foi monitorizado quanto à frequência cardíaca para se categorizar o seu nível de ansiedade. Na sua deslocação ao local de vacinação os estudantes contactaram com duas pessoas apenas, a enfermeira e um recepcionista que tomou nota de alguns dados e marcou nova visita para daí a uma semana. Nesta segunda visita os participantes realizaram uma tarefa de memória para faces tendo-se constatado que se recordavam melhor das características faciais do recepcionista do que da

enfermeira, o que poderá fazer entender que a ansiedade tem um efeito negativo na memória de faces. Estes resultados são consistentes com o efeito de "foco na arma", um efeito que mostra que as testemunhas de crimes que envolvem armas de fogo tendem a concentrar a sua atenção nas armas presentes não codificando outras informações, nomeadamente as relativas às características físicas dos assaltantes.

Como vimos, há variáveis que estão normalmente presentes em situação de testemunho e que afectam a codificação da informação. Outras há que afectam a memória após a sua codificação, nomeadamente a sugestionabilidade das testemunhas, algumas fontes de informação e a transcrição verbal de informações gráficas.

As perguntas capciosas são uma das maiores fontes de alteração dos traços de memória. Loftus e Palmer (1974) num estudo que é hoje um clássico deste tipo de fenómenos mostraram que a intensidade do verbo de uma pergunta sobre a estimativa de velocidade a que dois carros embateram — "A que velocidade é que os carros se *esmagaram*?" *versus* "A que velocidade e que os carros se *tocaram*?" — faz com que a estimativa seja maior quanto mais intenso for o verbo. Este resultado é tanto mais importante quanto uma semana depois os sujeitos que foram interrogados com verbos de intensidade maior afirmam ter visto vidros partidos no chão — memória falsa ou distorcida. Uma simples palavra numa pergunta é susceptível de alterar a produção de factos observados. A questão que se nos pode colocar é o que acontece à memória? Porque é que ela é alterada desta forma? Parece haver uma fonte inesgotável de indutores de erro, e mesmo quando os sujeitos são informados sobre a influência de certas perguntas na sua memória ou quando são pagos para fazerem um esforço maior de recordação os erros mantêm-se (Belli & Loftus, 1996).

Mas não é só o tipo de questões que afecta a memória pois em situações quotidianas confundimos não raramente o contexto e o conteúdo de certos acontecimentos, especialmente quando decorre muito tempo sobre o momento em que esse acontecimento foi presenciado. Este fenómeno foi estudado através dos paradigmas da "falsa fama" e das "memórias implantadas". Este último paradigma consiste na apresentação repetida de informação estranha a um acontecimento. Após um intervalo de retenção que pode ser de dias ou semanas as pessoas tendem a confundir o episódio fictício com as suas memórias actuais. Em 1995, Ceci levou a cabo um estudo em que procurou estudar o fenómeno das memórias implantadas em crianças com idade pré-escolar (4-6 anos). Nesta idade este tipo de investigação assume um interesse marcante devido à sua possível relação com as memórias para abuso sexual. No seu estudo, Ceci pediu às crianças que falassem repetidamente sobre acontecimentos reais, como um pequeno acidente de bicicleta ou sobre acontecimentos que nunca tinham vivido, como ficarem com um dedo preso numa armadilha para ratos. Depois de 10 semanas deste tipo de procedimento as crianças foram convidadas a falar sobre estes acontecimentos com um grupo de adultos. A partir daquilo que as crianças diziam tornou-se evidente que a ficção e a realidade estavam fundidas pois alguns não sabiam que episódios eram reais ou imaginados, e quando se pediu aos adultos que indicassem quais eram as histórias verdadeiras e quais as falsas não lhes era possível fazerem-no de forma razoável e racional. No contexto do

testemunho ocular este tipo de confusão também surge frequentemente. Por exemplo, quando depois de terem presenciado um crime as pessoas foram levadas à identificação dos delinquentes através de um conjunto de fotografias, verificou-se que uma semana depois, numa parada de identificação as testemunhas assinalavam como os perpetradores do crime, tanto os delinquentes que de facto o cometeram, como outros sujeitos que tinham "conhecido" do livro de faces que tinham consultado na polícia (Brown, Deffenbacher, & Sturgill, 1977). Parece que a memória para as faces é boa, mas a memória para o contexto em que as vimos não o é. No caso do testemunho a confusão entre o contexto e o conteúdo pode ser mais um erro dramático.

A observação de um crime conduz geralmente a uma descrição posterior do que se observou. Poderemos dizer que se torna assim necessário transpor uma codificação claramente imagética e pictórica para uma realidade verbal/declarativa. Esta transposição acarreta normalmente uma perda substancial de informação, não só em termos de quantidade como também de precisão. No estudo do reconhecimento de faces é muito claro que a descrição de uma face interfere com o seu posterior reconhecimento, porque a codificação de uma face é um processamento holístico, enquanto que a sua descrição obriga a um processamento analítico das suas características (Albuquerque, 1993, 1994; Scooler & Engstler-Schooler, 1990). Podemos considerar estranho que a verbalização de certas informações processadas possa funcionar como interferência da memória, tanto mais que essa verbalização pode ser vista como um momento de repetição da informação, factor que afecta positivamente a memória. Contudo, nem todas as informações são melhor memorizadas pela repetição da informação, com efeito a distinção entre uma memória de manutenção e outra de elaboração é conhecida, tendo Tulving e Thomson (1973) mostrado que a segunda tem efeitos no nível de processamento da informação, enquanto que a primeira se circunscreve à manutenção em estruturas de memória mais simples, esperando que possa ser utilizada em contextos imediatos.

Mostramos, neste ponto, alguns dos estudos e fenómenos que foram objecto de investigação e que suportam a ideia de que são muitas as variáveis que podem condicionar uma boa recordação de um episódio vivido pelo sujeito.

Resumindo, podemos dizer que falar sobre as memórias de um crime pode, paradoxalmente, fazer mais estragos nessa memória do que guardá-la só para si. Infelizmente isto nem sempre é possível. Por isso, tanto as perguntas fechadas que são habitualmente colocadas a alguém que presenciou um crime, como a recordação da face do "criminoso" usando como estratégia a descrição de cada uma das características dessa face podem ser caminhos errados para a constituição de novas memórias. Memórias estas que não são uma reprodução do que foi presenciado, mas uma construção baseada na reconstituição que foi induzida pelas recordações desses episódios.

MELHORAR A MEMÓRIA: COMO RECORDARMOS MELHOR SEM ESFORÇO?

Depois de termos apresentado algumas das variáveis que podem conduzir a distorções de memória parece-nos importante referir agora o que pode ser feito para melhorar a qualidade da informação a recuperar. Neste contexto, melhorar a qualidade quer dizer preservar o traço mnésico de potenciais contaminações, minimizar o viés confirmatório das testemunhas face aos episódios vividos, aumentar a quantidade de informações que as testemunhas se recordam sem aumentar o volume de erros que normalmente se lhes associam.

Preservar o traço mnésico de eventuais contaminações significa evitar as perguntas capciosas no momento das primeiras recordações dos episódios vividos. Geiselman e colaboradores (1986) referem que as perguntas abertas são a melhor forma de contornar o problema das contaminações, dado que para responder a perguntas capciosas já basta as que normalmente os advogados são obrigados a fazer em situação de julgamento. Reyna e Titcomb (1997) procuraram analisar este conceito tendo como objecto de estudo, e comparação, perguntas de escolha múltipla e tarefas de reconhecimento de escolha livre que consistem numa lista de respostas nas quais se encontram as soluções das várias perguntas formuladas. Ainda que este último tipo de prova de memória aumente o número de respostas certas, aumenta também drasticamente o número de perguntas que ficam sem resposta. Parece assim que a simples transformação de perguntas de resposta fechada em perguntas de resposta aberta não é sinónimo de melhoria da recuperação da informação, a este tipo de perguntas deve seguir-se um conjunto de questões mais estruturadas, por forma a serem evitados os falsos alarmes (Fisher & Geiselman, 1992).

Os falsos alarmes são um tipo de erro de reconhecimento em que os sujeitos julgam estar em presença de um estímulo que viram anteriormente (e.g., pessoa, palavra, face, etc.), assinalando-o, quando de facto esse estímulo esteve ausente. Nas paradas de identificação — um procedimento da polícia que consiste em colocar o ofendido ou a testemunha perante um grupo de pessoas e entre as quais se encontra o suspeito — ainda que não muito frequentes em Portugal, deve-se ter em conta dois tipos de viés que podem ocorrer: o interno e o externo. O primeiro, também designado viés do observador consiste na tendência natural do sujeito para cometer falsos alarmes, sendo evidente que há características pessoais que parecem predispor a este tipo de erros. O segundo consiste na possibilidade de alguém poder ser identificado como ofensor não com base nas características identificadas pelas testemunhas no momento do crime, mas com base em informação difundida (e. g., pela comunicação social).

O estudo deste tipo de viés tem sido levado a cabo por vários grupos de investigadores. Uma das estratégias de estudo consiste em colocar testemunhas perante paradas de identificação em que não está o "criminoso" avaliando-se assim a tendência das testemunhas para cometer falsos alarmes. O segundo tipo de viés tem sido estudado através de "testemunhas ausentes" que são testemunhas que não tendo estado no local do crime recebem um conjunto de informações, normalmente as que são também apresentadas na comunicação social, e a seguir vão procurar identificar o "criminoso", por exemplo em paradas de

identificação. Se estas testemunhas conseguirem identificar o suspeito então toda a gente o conseguiria e o valor do testemunho ocular é menor. Parece assim que deverá haver algum cuidado com o viés das testemunhas: em primeiro lugar, deve perceber-se bem qual a informação difundida pelos media e até que ponto essa informação permite a identificação de um suspeito já que há sinais ou agrupamentos de características tão singulares que tornam alguém facilmente identificável; em segundo lugar, devemos perceber quais são as características individuais das testemunhas e perceber assim até que ponto elas podem ou não ser mais susceptíveis à realização de falsos alarmes na identificação de alguém.

Finalmente, debruçar-nos-emos sobre um conjunto de estratégias propostas por Fisher e Geiselman (1988) para melhorar a recuperação da informação observada em situação de crime. Este conjunto de estratégias é conhecido por "Entrevista Cognitiva" e é, quanto a nós, uma das mais interessantes e eficazes aplicações dos conhecimentos acerca do funcionamento da memória a uma situação concreta.

Esta entrevista baseia-se em cinco etapas todas elas fundamentadas em inúmeros estudos acerca da memória. O primeiro desses passos consiste na re-instalação do contexto de codificação. Quando alguém procura recordar uma vivência passada é importante começar por recriar mentalmente os contextos em que tal episódio aconteceu. Assim, procurar recriar mentalmente os espaços, as condições de luminosidade, as emoções, os cheiros e sons, os comportamentos ou outros detalhes é algo que é tido como facilitador da recuperação da informação. Muitos foram os estudos que mostraram a importância da re-instalação do contexto, tanto do contexto externo (e. g., Godden & Baddeley, 1975) como do interno (e.g., Bower, 1981) e o conjunto de resultados ajudou a clarificar os princípios da codificação específica de Tulving e Thomson (1973). De acordo com estes princípios a nossa memória será tanto melhor quanto os indicadores ou pistas presentes no momento em que codificamos uma informação estiverem presentes no momento da sua recuperação.

O segundo passo da entrevista cognitiva consiste em incentivar a testemunha a falar sobre tudo o que presenciou, independentemente do grau de certeza que tenha em relação a essa informação. Vários estudos mostraram que a relação entre o grau de confiança e a eficácia da evocação e reconhecimento da informação é muito ténue (e. g., Albuquerque, Santos, Pandeirada, & Gonçalves, 1998; Kassin, Ellsworth, & Smith, 1989; Noon & Hollin, 1987). Parece pois indicado incentivar as pessoas a falarem sobre tudo o que entenderem, mas evitando os solilóquios inconsequentes. De facto, este passo da entrevista cognitiva tem como efeito colateral ou secundário a possibilidade de aumentar também o número de informações erradas acerca do episódio vivenciado.

O terceiro passo desta entrevista consiste em encorajar as pessoas a realizarem várias evocações. Este passo, introduzido na segunda versão da entrevista cognitiva (Fisher & Geiselman, 1992), baseia-se na suposição de que a evocação repetida melhora a memória relativamente ao nível anterior de esquecimento, isto é, em cada evocação há sempre um acréscimo de informação (Shaw & Bekerian, 1991). Alguns autores interrogam-se se este acréscimo é devido à recordação de informação inicialmente processada ou aos efeitos de

reconstrução. Parece-nos que esta é uma discussão inconsequente se as várias evocações não forem acompanhadas por um aumento de evocações de informações falsas.

O facto da memória poder ser concebida de acordo com os modelos de redes neuronais levou Fisher e Geiselman (1988) a considerarem que é importante que as pessoas evoquem a informação em ordens diferentes. De facto, de acordo com os modelos de redes neuronais podemos aceder a um nó dessa rede de várias formas, ou por vários caminhos (e. g., Anderson, 1993). Este pressuposto fará com que, em função do caminho escolhido, varie também o conjunto de informações às quais se tem acesso. Incentivar alguém a evocar um episódio em ordens diferentes faz com novas informações surjam, mas poderá alterar a coerência narrativa dos acontecimentos destruindo a possibilidade de re-instalação do contexto. Esta e outras críticas fazem com que este passo da entrevista cognitiva, isto é, incentivar as pessoas a evocarem o episódio em ordens diversas, seja visto por vários autores com alguma precaução.

Finalmente, o último passo consiste em pedir às pessoas que procurem analisar o episódio que presenciaram de outras perspectivas, por exemplo, do ponto de vista de uma outra testemunha que também se encontrava no local. Este passo é inspirado nos pressupostos de Anderson e Pichert (1978) segundo os quais este tipo de tarefas não muda a percepção do fenómeno, mas a concepção do fenómeno. Nós podemos imaginar uma casa vista de cima mesmo que nunca a tenhamos sobrevoado e esta representação da casa não é uma percepção, porque não a registamos anteriormente como tal, mas uma projecção, ou seja uma nova "conceptualização" do que poderá ser visto com base do que conhecemos das propriedades dos objectos.

Os resultados da aplicação da entrevista cognitiva são encorajadores. Os vários estudos realizados, alguns dos quais em situação real, isto é, recorrendo a polícias, apontam para uma maior quantidade de informação recordada pelas pessoas quando os passos da entrevista cognitiva são seguidos por oposição às técnicas tradicionais de inquérito da polícia (e. g., Fisher, Geiselman & Raymond, 1987; Fisher, Geiselman & Amador, 1989). Estes resultados são tanto mais encorajadores quanto o aumento do número de pormenores recordados não aumenta significativamente o número de pormenores errados recuperados (e. g., Fisher & McCauley, 1995).

CONCLUSÃO

O estudo do testemunho e dos factores que o afectam é um dos domínios mais interessantes de investigação para quem se interessa pelo funcionamento da memória em situação real. O interesse por este tipo de estudos tem crescido nos últimos anos, particularmente no que diz respeito às falsas memórias e às memória implantadas. Estes dois temas geram uma tal controvérsia à sua volta que uma discussão desapaixonada torna-se difícil. Entendemos que não é possível promover um trabalho válido no domínio da psicologia do testemunho se não se entenderem as estruturas, processos e actividades da memória. Da

imensidão de estudos da memória realizados até hoje encontraremos seguramente várias variáveis que poderão e deverão ser tidas em conta quando temos que avaliar a veracidade, a certeza, ou a distorção do relato de um episódio vivido ou presenciado por alguém.

Neste sentido, a entrevista cognitiva proposta por Fisher e Geiselman (1988) é um exemplo ímpar. Um exemplo de como se pode conjugar um manancial de investigação pura ou nomotética acerca da memória com a necessidade de aplicação ou resposta a problemas concretos com os quais a sociedade se depara. No domínio da investigação em processos cognitivos este caminho tem que ser necessariamente encetado para que a fundamentação possa dar lugar à resposta concreta.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, P. (1993). *Reconhecimento de faces: Estudos experimentais sobre os efeitos de activação na identificação de figuras públicas*. Dissertação apresentada à Universidade do Porto para efeito de provas de aptidão pedagógica e capacidade científica.
- Albuquerque, P. (1994). Reconhecimento de faces: Revisão da investigação. *Jornal de Psicologia*, 12(1), 22-29.
- Albuquerque, P., Santos, J., Gonçalves, S., & Pandeirada, J. (1998). Memória para conhecimentos escolares: A certeza de quem sabe *versus* a certeza de quem julga que sabe. In L. Almeida, M. J. Gomes, P. Albuquerque, & S. Caires (Orgs.), *Actas do IV Congresso Galaico-Português de Psicopedagogia* (pp.506-510). Braga: Instituto de Educação e Psicologia.
- Anderson, J. & Pichert, J. (1978). Recall of previously unrecallable information following a shift of perspective. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, 17, 1-12.
- Anderson, J. (1993). *Rules of the mind*. Hillsdale, Nova Jérсия: Lawrence Erlbaum Associates.
- Atkinson, R. & Shiffrin, R. (1968). Human memory: A proposed system and its control processes. In K. W. Spence (Ed.), *The psychology of learning and motivation: Advances in research and theory*, Vol.2 (pp.89-195). Nova Iorque: Academic Press.
- Baddeley, A. D. (1997). *Human memory: Theory and practice*. Londres: Psychology Press.
- Baddeley, A. D. (1999). *The essentials of human memory*. Hove, Grã-Bretanha: Psychology Press.
- Bartlett, F. C. (1932). *Remembering*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Belli, R. & Loftus, E. (1996). The pliability of autobiographical memory: Misinformation and false memory problem. In D.C. Rubin (Ed.), *Remembering our past* (pp.157-179). Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Bower, G. (1981). Mood and memory. *American Psychologist*, 36, 129-148.
- Bransford, J., Barclay, J., & Franks, J. (1972). Sentence memory: A constructive versus interpretative approach. *Cognitive Psychology*, 3, 193-209.
- Brown, E., Deffenbacher, K., & Sturgill, W. (1977). Memory for faces and the circumstances of encounter. *Journal of Applied Psychology*, 62, 311-318.
- Ceci, S.J. (1995). False beliefs: Some developmental and clinical considerations. In D.L. Schacter (Ed.), *Memory distortion* (pp.91-125). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Craik, F. & Lockhart, R. (1972). Levels of processing: A framework for memory research. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behavior*, 11, 671-684.
- Fisher, R. & Geiselman, R. (1988). Enhancing eyewitness memory with cognitive interview. In M. Gruneberg, P. Morris, & R. Sykes (Eds.), *Practical aspects of memory: Current research and issues, Vol.1: Memory for everyday life* (pp.34-39). Chichester: John Wiley and Sons.
- Fisher, R. & Geiselman, R. (1992). *Memory enhancing techniques for investigative interviewing: The cognitive interview*. Springfield, Illinois: Charles C. Thomas.
- Fisher, R. & McCauley, M. (1995). Improving eyewitness testimony with cognitive interviews. In M. Zaragoza, J.R. Graham, G.C. Hall, R. Hirschmann, & Y. Bem-Porath (Eds.), *Memory and testimony in the child witness*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

- Fisher, R., Geiselman, R., & Amador, M. (1989). Fiels test of the cognitive interview: Enhancing the recollection of actual victims and witnesses of crime. *Journal of Applied Psychology, 74*(5), 722-727.
- Fisher, R., Geiselman, R., & Raymond, D. (1987). Critical analysis of police interviewing techniques. *Journal of Police Science and Administration, 15*, 177-185.
- Geiselman, R., Fisher, R., Cohen, G., Holland, H., & Surtes, L. (1987). Eyewitness responses to leading and misleading questions under the cognitive interview. *Journal of Police Science and Administration, 14*, 31-39.
- Godden, D.R. & Baddeley, A.D. (1975). Context-dependent memory in two natural environments: On land and under water. *British Journal of Psychology, 66*, 325-331.
- Kassin, S., Ellsworth, P., & Smith, V. (1989). The 'general acceptance' of psychological research on eyewitness testimony. *American Psychologist, 44*, 1089-1098.
- Loftus, E. & Palmer, J. (1974). Reconstruction of automobile destruction: An example of the interaction between language and memory. *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour, 4*, 19-31.
- Loftus, E. (1992). When a lie becomes memory's truth: Memory distortion after exposure to misinformation. *Current Directions in Psychological Science, 1*(4), 121-123.
- Memon, A., Vrij, A., & Bull, R. (1998). *Psychology and law: Truthfulness, accuracy and credibility*. Londres: McGraw Hill.
- Noon, E. & Hollin, C. (1987). Lay knowledge of eyewitness behaviour: A British survey. *Applied Cognitive Psychology, 1*, 143-155.
- Peters, D. (1988). Eyewitness memory and arousal in natural setting. In M. Gruneberg, P. Morreis, & R. Sykes (Eds.), *Practical aspects of memory: Current research and issues, Vol. 1: Memory for everyday life* (pp.89-94). Chichester, Grã-Bretanha: John Wiley.
- Pinto, A.C. (1991). *Psicologia experimental: Temas e experiências*. Porto: Edição do autor.
- Reyna, V. & Titcomb, A. (1997). Constraints on the suggestibility of eyewitness testimony: A fuzzy-trace theory analysis. In D.G. Payne & F. Conrad (Eds.), *A synthesis of basic and applied approaches to human memory* (pp.157-174). Hillsdale, Nova Jérсия: Lawrence Erlbaum Associates.
- Roediger, H.L. III & McDermott, K. (1995). Creating false perceptions: Remembering words not presented in lists. *Journal of Experimental Psychology: Learning, Memory and Cognition, 22*, 814-816.
- Schacter, D. (1995). *Memory distortion: How minds, brains, and societies reconstruct the past*. Londres: Cambridge University Press.
- Scooler, J. & Engstler-Schooler, T. (1990). Verbal overshadowing of visual memories: Some things are better left unsaid. *Cognitive Psychology, 22*, 36-71.
- Shaw, G. & Bekerian, D. (1991). Hypermnnesia for high-imagery words: The effects of interpolated tasks. *Memory and Cognition, 19*, 179-187.
- Stiff, J. & Miller, G. (1986). "Come to think of it...": Interrogative probes, deceptive communication and deception detection. *Human Communication Research, 12*, 339-357.
- Tulving, E. & Thomson, D. (1973). Encoding specificity and retrieval processes in episodic memory. *Psychological Review, 80*, 352-373.
- Vrij, A., Semin, G., & Bull, R. (1996). Insight in behaviour displayed during deception. *Human Communication Research, 22*, 544-562.

"DO YOU SWORE BY THE TRUTH?..." TREASONS AND FIDELITIES OF THE MEMORY PROCESSES

Abstract — *The aim of this paper is to analyse the relation between memory and the truth in the eyewitness testimony domain. First, we analyse memory distortions and the research that support the idea that we can unconscious and easily change memories for episodic events. Second we present the "Cognitive Interview" (Fisher & Geiselman, 1988), the most interesting application of memory studies to the real life situations.*